

Consolidação de uma política brasileira de Ciência Aberta e melhores práticas de avaliação da ciência: um caminho necessário para a concretização de uma ciência inclusiva e global

Consolidating a Brazilian Open Science policy and better science evaluation practices: a necessary way to the concretisation of an inclusive and global science

Consolidación de una política brasileña de Ciencia Abierta y mejores prácticas de evaluación de la ciencia: un camino necesario hacia la realización de una ciencia inclusiva y global

Kizi Mendonça de Araújo^{3,c}

Editora científica da Reciis

kizi.araujo@icict.fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-9378-32991>

Christovam Barcellos^{2,b}

Editor científico da Reciis

christovam.barcellos@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-1161-2753>

Igor Sacramento^{1,a}

Editor científico da Reciis

igor.sacramento@icict.fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Doutorado em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^b Doutorado em Geociências pela Universidade Federal Fluminense.

^c Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Acesso aberto; Ciência aberta; Comunicação e divulgação científica; Indicadores de produção científica; Publicação de acesso aberto.

Keywords: Open access; Open Science; Scientific communication and diffusion; Scientific publication indicators; Open Access publishing.

Palabras clave: Acceso abierto; Ciencia abierta; Comunicación y divulgación científica; Indicadores de producción científica; Publicación de acceso abierto.

No editorial do último número da Reciis do ano de 2023, abordamos o avanço do movimento de Acesso Aberto na atualidade e uma possível crise advinda dos novos modelos de negócios, os tão falados “acordos transformativos”. Pontuamos a necessidade de um olhar mais crítico da comunidade científica brasileira para o futuro do acesso aberto no país, bem como a necessidade da consolidação de uma política nacional que estimulasse o acesso aberto que queremos (Araújo; Sacramento; Barcellos, 2023). Uma política capaz de favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pelas instituições de pesquisa do país. Entendendo a democratização e a universalização do acesso ao conhecimento como condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável.

Também salientamos a necessidade de um alinhamento dessa política com os critérios de avaliação da atividade científica no país, para que fosse realmente possível essa concretização (Araújo; Sacramento; Barcellos, 2023).

Esse editorial serviu como base para materialização de um manifesto que foi debatido e confeccionado no âmbito do 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC), que aconteceu em julho deste ano em Brasília (DF). O evento reuniu especialistas de diversos campos do conhecimento, oferecendo um espaço interdisciplinar para discussão de tópicos relacionados à produção, comunicação, acesso, uso e avaliação da informação em ciência, tecnologia e inovação e este ano teve como tema central “Ciência Inclusiva e Global: dados, métricas e infraestruturas”. Temática escolhida pela compreensão de que uma ciência verdadeiramente global precisa ser inclusiva, considerando e valorizando sua totalidade e não apenas a ciência realizada pelas nações de maior poder econômico que acabam detendo o domínio científico mundial. Neste sentido, ao longo do evento foram discutidos temas transversais como a colonização científica, sub-representação científica, preconceitos na ciência, barreiras de publicação, fragilidades de avaliação e monitoramentos da ciência, coberturas e infraestrutura das bases de dados bibliográficas, alternativas para monitoramento e avaliação da ciência e, é claro, a Ciência Aberta (EBBC, 2024).

Pensar em uma Ciência Global pressupõe não somente a redução ou extinção dos problemas de acesso ao conhecimento, mas também necessita de um olhar cuidadoso para os mecanismos de avaliação da ciência, centrado em maior parte, em indicadores oriundos de bases de dados e periódicos comerciais que representam em sua quase totalidade a ciência produzida pelo Norte Global, bem como uma sub-representação das revistas não comerciais, aspectos que favorecem a manutenção de práticas coloniais de dominação e segregação científica, retroalimentando a dependência dessas fontes.

Com esse contexto em mente, e também inspirada na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que este ano completou uma década de existência, e em outros documentos como Manifesto de Leiden (Hicks *et al.*, 2015), Declaração de Barcelona (2024), Declaração BOAI 20 anos (2022) e nas recomendações da Unesco sobre a Ciência Aberta (2022), foi proposta a construção do Manifesto EBBC por uma política de Acesso Aberto e melhores práticas de avaliação da ciência.

A proposta inicial foi debatida, aberta ao público em geral para contribuições e sugestões via internet e, posteriormente, consolidada para assinatura. O manifesto propõe a constituição de uma política nacional de Acesso Aberto que dialogue com a política de avaliação científica do país e traz 13 recomendações para essa elaboração: 1) Investir em infraestruturas abertas orientadas para a colaboração e a abertura do conhecimento em benefício público; 2) Fomentar a sustentabilidade e qualificação dos periódicos nacionais de Acesso Aberto Diamante, mediante editais de financiamento regular para esse fim; 3) Valorizar o trabalho das equipes editoriais dos periódicos de Acesso Aberto Diamante; 4) Valorizar publicações em periódicos de Acesso Aberto Diamante como critério de avaliação – apoiando modelos editoriais não comerciais, sem taxas de processamento de artigos (APCs), contribuindo para maior equidade na ciência e enfraquecimento dos periódicos e práticas predatórias; 5) Incentivar a utilização de bases bibliográficas de dados não

comerciais de Acesso Aberto de maior cobertura global, regional e local para avaliação da ciência brasileira; 6) Reformular as políticas de avaliação científica, com vistas à adequação aos princípios de Acesso Aberto; 7) Incentivar uma internacionalização globalizada e menos colonial, que valorize também interações e trocas entre países do Sul Global; 8) Incentivar o multilinguismo na prática científica diminuindo o imperativo do inglês como língua franca da ciência, com vista a garantir equidade; 9) Incentivar a formação, a qualificação e a valorização dos pareceristas de mérito científico a partir do treinamento dos pesquisadores, com o objetivo de contribuir para a melhoria do processo de avaliação por pares; 10) Incentivar outras abordagens de avaliação da ciência para além daquelas centradas no periódico científico; 11) Promover a conscientização e o debate com pesquisadores de outras áreas, não especialistas no tema, sobre a importância da abertura do conhecimento e as recomendações deste manifesto; 12) Promover uma mudança cultural de Ciência Aberta a partir da inclusão do tema como parte da formação de pesquisadores em início de carreira e 13) Incentivar o desenvolvimento de pesquisas para propor novas formas de avaliação da ciência do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Essas recomendações têm como finalidade sensibilizar a comunidade acadêmica, os agentes públicos, gestores e financiadores da ciência quanto à importância da concretização de uma Política Nacional de Acesso Aberto e melhores práticas de avaliação científica para que seja possível a consolidação da ciência aberta como um bem e um direito público.

O Manifesto ainda se encontra [aberto para assinatura](#), aproveitamos para convidar os interessados no tema a lerem e assinarem o documento que será encaminhado em breve à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em outubro deste ano, fomos surpreendidos com um ofício da Capes que informa uma mudança no sistema de avaliação para o ciclo 2025-2028 (Brasil, 2024), tirando o foco dos periódicos para a avaliação da qualidade e classificação do artigo, incluindo critérios mais qualitativos para esta avaliação tais como, sua contribuição científica e seu impacto teórico.

Embora a mudança anunciada pela Capes para o próximo quadriênio represente uma tentativa de modernizar o sistema de avaliação acadêmica no Brasil, algumas lacunas e potenciais desafios dessa abordagem precisam ser apontados.

Primeiramente, a falta de clareza sobre como esses critérios qualitativos serão operacionalizados gera incertezas tanto para pesquisadores quanto para instituições. Sem diretrizes claras e instrumentos de avaliação bem definidos, existe o risco de subjetividade no processo de avaliação, o que pode comprometer a imparcialidade e a transparência esperadas de um sistema nacional. Além disso, critérios qualitativos são, por natureza, mais difíceis de padronizar, o que pode levar a interpretações inconsistentes e, eventualmente, a decisões arbitrárias.

Outro ponto preocupante é a capacidade limitada das instituições e dos avaliadores para lidarem com essa mudança sem um treinamento adequado e sem ferramentas que assegurem a aplicação justa e homogênea dos novos parâmetros. A introdução de critérios qualitativos exige uma mudança cultural significativa, que demanda tempo, investimento em formação e ajustes estruturais no sistema de avaliação.

Ademais, a ausência de detalhamento sobre como serão considerados os contextos regionais e institucionais pode perpetuar desigualdades já existentes. A ciência produzida em universidades e institutos de regiões menos favorecidas ou em áreas de pesquisa menos reconhecidas pelo *mainstream* acadêmico pode continuar sendo desvalorizada se o sistema de avaliação não contemplar formas de mensurar impacto que transcendam os padrões globais e comerciais impostos pelo Norte Global.

Por fim, embora a nova abordagem busque alinhar-se aos princípios da Ciência Aberta, como mencionado, sua implementação sem articulação com uma política ampla de acesso aberto pode gerar

inconsistências. Por exemplo, se a avaliação continuar sendo fortemente influenciada por métricas que privilegiam periódicos internacionais comerciais, a produção científica nacional em periódicos de acesso aberto pode permanecer marginalizada, em contradição com o objetivo de promover equidade e inclusão na ciência.

Portanto, enquanto a mudança proposta pela Capes apresenta avanços conceituais importantes, ela também carrega desafios significativos que, se não forem enfrentados, podem comprometer sua eficácia e a promoção de uma ciência realmente inclusiva, aberta e global. Para que essa transição seja bem-sucedida, é fundamental que a Capes implemente mecanismos de consulta pública, transparência e acompanhamento rigoroso, além de articular essa mudança com políticas que fortaleçam a Ciência Aberta e valorizem a diversidade científica nacional.

As discussões realizadas ao longo do ano de 2024, com destaque para o Manifesto EBBC, trouxeram à tona a importância de enfrentar as barreiras históricas que limitam a disseminação do saber, sobretudo aquelas enraizadas em práticas coloniais, em mecanismos de avaliação enviesados assim como a predominância de modelos comerciais para o acesso à produção científica. A adoção de uma política que integre o Acesso Aberto com critérios de avaliação científica mais equitativos representa um passo significativo na democratização do conhecimento. Essa integração, por sua vez, requer esforços colaborativos para fomentar a sustentabilidade e qualificação de periódicos nacionais, valorizar práticas editoriais não comerciais, incentivar o multilinguismo e investir em infraestruturas abertas. Ao mesmo tempo, é crucial estimular uma mudança cultural em direção à Ciência Aberta, envolvendo desde a formação inicial de pesquisadores até a conscientização da sociedade sobre o valor do acesso público ao conhecimento.

Em suma, a consolidação de uma política nacional de Acesso Aberto ao conhecimento científico é um caminho necessário e urgente. Só através da superação das barreiras que limitam a disseminação do saber, podemos construir uma sociedade mais informada, justa e capaz de enfrentar os desafios do futuro. A responsabilidade de cobrar e promover essa mudança recai sobre todos nós: pesquisadores, instituições, financiadores e cidadãos. Juntos, podemos transformar o panorama da ciência e garantir que o conhecimento produzido esteja verdadeiramente ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

9º ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA (EBBC). **Sobre**. Brasília, DF: Ibict, 2024. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ebbc9/?page_id=14. Acesso em: 13 dez. 2024.

ARAÚJO, Kizi Mendonça; SACRAMENTO, Igor; BARCELLOS, Christovam. Movimento de Acesso Aberto: voltaremos ao ponto de partida? **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 746-750, out.-dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i4.4104>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4104>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ARAÚJO, Kizi Mendonça; ARAÚJO, Paula Carina; VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Manifesto por uma política de acesso aberto e melhores práticas de avaliação da ciência**. 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC), Brasília, 2024. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ebbc9/?page_id=913. Acesso em: 13 dez. 2024.

BARCELONA Declaration on Open Research Information. Barcelona, 2024. Disponível em: <https://barcelona-declaration.org/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício circular nº 46/2024-DAV/CAPES**. Brasília, DF: Capes, 3 out. 2024. Assunto: Novo Qualis 2025-2028: foco na classificação de artigos – apresentação. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf. Acesso em: 13 dez. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portaria nº 329/2014-PR, de 31 de março de 2014**. Brasília, DF: Fundação Oswaldo Cruz, 2024. Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-acesso-aberto-ao-conhecimento-da-fiocruz>. Acesso em: 13 dez. 2024.

HICKS, Diana *et al.* **Manifesto de Leiden**. ABCD, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/iniciativas/bibliometria-e-indicadores-cientificos/manifesto-leiden/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Paris: Unesco, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 13 dez. 2024.

THE BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **The Budapest Open Access Initiative: 20th Anniversary Recommendations**. Budapest, 2022. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai20/>. Acesso em: 13 dez. 2024.